

EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL

ETHNIC-RACIAL EDUCATION AND SOCIAL RESPONSIBILITY

Eleno Marques de Araújo

Centro Universitário de Mineiros, UNIFIMES, Brasil.

Elce Nunes Nogueira da Costa e Nogueira

Universidade do Minho, UMINHO, Portugal.

Avaeté de Lunetta e Rodrigues Guerra

Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, Brasil.

ISSN: 2594-9950 DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v27i1.2022> Recebido em: 18.01.2025 Aceito em: 05.03.2025

Resumo: A promoção da educação étnico-racial exige políticas públicas que assegurem acesso e permanência de grupos marginalizados, aliadas a práticas pedagógicas inclusivas que valorizem a diversidade. Universidades, com responsabilidade social, devem integrar ensino, pesquisa e extensão para atender às demandas comunitárias, reduzindo desigualdades e fortalecendo o desenvolvimento social. Diante do exposto o estudo tem como objetivo geral analisar como a educação étnico-racial e a responsabilidade social podem reduzir desigualdades educacionais. A metodologia adotada para este estudo consiste em uma revisão bibliográfica, que se caracteriza pela análise de materiais previamente publicados, como livros, artigos acadêmicos, teses, dissertações e documentos oficiais. Portanto, este estudo reafirma que a educação, quando fundamentada em valores de equidade, sustentabilidade e responsabilidade social, é uma ferramenta poderosa para transformar realidades e promover a justiça social.

Palavras-chave: Educação étnico-racial. Inclusão social. Diversidade.

Abstract: Promoting ethnic-racial education requires public policies that ensure access and retention for marginalized groups, combined with inclusive pedagogical practices that value diversity. Universities, with social responsibility, must integrate teaching, research, and extension to meet community demands, reducing inequalities and strengthening social development. In view of the above, the study's general objective is to analyze how ethnic-racial education and social responsibility can reduce educational inequalities. The methodology adopted for this study consists of a bibliographic review, which is characterized by the analysis of previously published materials, such as books, academic articles, theses, dissertations, and official documents. Therefore, this study reaffirms that education, when based on values of equity, sustainability, and social responsibility, is a powerful tool for transforming realities and promoting social justice.

Keywords: Ethnic-racial education. Social inclusion. Diversity.



1 Introdução

A promoção de uma educação étnico-racial requer não apenas o reconhecimento das desigualdades históricas, mas também a implementação de políticas públicas que garantam o acesso e a permanência de grupos marginalizados nas instituições de ensino. No Brasil, medidas como ações afirmativas, bolsas de permanência e programas de inclusão têm sido passos importantes para reduzir as disparidades educacionais. Contudo, é fundamental que essas políticas sejam acompanhadas por práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam o respeito às diferenças, fortalecendo uma cultura educacional inclusiva e equitativa.

Além das políticas públicas, a responsabilidade social das instituições de ensino superior desempenha um papel crucial nesse cenário. Universidades e faculdades, enquanto espaços de formação e produção de conhecimento, têm o dever de contribuir ativamente para a transformação social, por meio de iniciativas que integrem ensino, pesquisa e extensão. Essas ações devem estar voltadas para atender às demandas das comunidades em que estão inseridas, promovendo alternativas que reduzam as desigualdades e fortaleçam o desenvolvimento social de forma ampla e participativa.

É importante destacar que a educação étnico-racial não se restringe ao âmbito institucional, mas também envolve uma mudança de paradigma na sociedade como um todo. A valorização da diversidade cultural e o combate ao racismo estrutural são pilares essenciais para a construção de um ambiente educacional inclusivo e democrático. Nesse contexto, este estudo propõe refletir sobre como a educação pode ser utilizada como uma ferramenta de reparação histórica e de promoção da justiça social, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, solidários e preparados para atuar em uma sociedade plural.

Diante do exposto o estudo tem como objetivo geral analisar como a educação étnico-racial e a responsabilidade social podem reduzir desigualdades educacionais. E como objetivo específico: Identificar políticas públicas para acesso e permanência de minorias no ensino superior; avaliar o papel das instituições de ensino na promoção da justiça social e explorar as metas da Agenda 2021 na promoção da igualdade educacional.

Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender e promover a educação étnico-racial como instrumento de redução das desigualdades sociais e educacionais no Brasil. A partir da análise de políticas públicas e da responsabilidade social das instituições de ensino, busca-se evidenciar como ações afirmativas podem assegurar maior equidade no acesso e na permanência de afrodescendentes, indígenas e outros grupos vulneráveis nas instituições de ensino superior.

2 Referencial teórico

2.1 Políticas públicas para acesso e permanência de minorias no ensino superior

As políticas públicas para acesso e permanência de minorias no ensino superior têm proporcionado avanços importantes, mas ainda enfrentam desafios significativos. Karnopp et al. (2023) apontam que, apesar do aumento do ingresso de estudantes negros em universidades, a concentração desses alunos em cursos de menor prestígio evidencia a necessidade de estratégias que promovam maior equidade na distribuição por áreas de conhecimento. Os autores destacam

que as ações afirmativas são um passo essencial, mas insuficiente, quando não acompanhadas de políticas que assegurem condições para que esses estudantes permaneçam e concluam seus estudos com qualidade. Além disso, enfatizam que o acesso igualitário deve ser seguido por iniciativas que contemplem a diversidade e promovam o sucesso acadêmico em todas as etapas do ensino superior.

Na análise de Silva, Pessanha e Costa (2018), as políticas afirmativas implementadas na UFRJ, como as cotas regulamentadas pela Lei nº 12.711/2012, ampliaram significativamente o acesso de estudantes de baixa renda, negros, pardos e indígenas. Contudo, os autores alertam para a fragilidade na continuidade dessas ações, devido à insuficiência de recursos destinados à assistência estudantil. Esse déficit reflete-se em taxas de evasão ainda altas, especialmente entre estudantes que enfrentam dificuldades financeiras e sociais. Além disso, os pesquisadores destacam que, embora o ingresso seja um marco na democratização do ensino, ele precisa ser complementado por programas de apoio acadêmico e psicossocial, que permitam aos estudantes superarem os desafios impostos por sua realidade.

Sartori (2021) reforça que as políticas de permanência são tão essenciais quanto as de acesso, destacando a necessidade de programas inclusivos que considerem a diversidade social e cultural dos estudantes. Ele salienta que medidas como assistência financeira, apoio psicológico, monitorias e práticas pedagógicas adaptadas são indispensáveis para garantir a conclusão do ensino superior, especialmente para grupos historicamente marginalizados. Além disso, ressalta que universidades devem atuar como agentes transformadores, promovendo não apenas a inclusão formal, mas também um ambiente acolhedor que favoreça o desenvolvimento pessoal e acadêmico. Dessa forma, o ensino superior pode consolidar-se como um espaço de promoção da igualdade e de redução das desigualdades sociais no Brasil.

2.2 Papel das instituições de ensino na promoção da justiça social

O papel das instituições de ensino na promoção da justiça social é essencial para transformar as estruturas que perpetuam desigualdades, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo. Sartori (2021) enfatiza que essas instituições não apenas devem assegurar o acesso à educação, mas também garantir a permanência dos estudantes, respeitando as diversidades sociais, culturais e de gênero. Ele argumenta que é fundamental implementar programas de educação para os direitos humanos, que abordem questões como diversidade sexual e igualdade de oportunidades, contribuindo para uma formação mais ampla e cidadã.

Silva e Duvernoy (2023) analisam o impacto da Universidade de Pernambuco (UPE) na democratização do ensino superior e na promoção da equidade social. As autoras destacam que as universidades públicas desempenham um papel estratégico na inclusão de grupos historicamente marginalizados, como afrodescendentes e indígenas, através de políticas afirmativas e programas de extensão. No entanto, apontam que a efetividade dessas ações depende de uma integração com políticas públicas que ampliem o alcance dos programas de assistência estudantil, fundamentais para combater a evasão escolar e garantir o sucesso acadêmico.

Patrício (2023) complementa essa análise ao discutir a importância da ação social como ferramenta para promover igualdade de oportunidades no ensino superior. Segundo a autora, iniciativas como a concessão de bolsas de estudo e o fortalecimento de programas de apoio financeiro são indispensáveis para reduzir as barreiras econômicas enfrentadas por estudantes de

baixa renda. Ela ressalta que, embora avanços tenham sido feitos, ainda há um longo caminho para que as instituições consigam alinhar-se plenamente com os princípios de equidade e justiça social, sendo necessário um maior envolvimento do Estado e da sociedade civil nesse processo.

2.3 Metas da agenda 2021 na promoção da igualdade educacional

As metas da Agenda 21 no contexto educacional representam um compromisso global com o desenvolvimento sustentável, priorizando a promoção da igualdade de oportunidades por meio da educação. João, Rodrigues e Henriques (2021) destacam que integrar os princípios de sustentabilidade em práticas pedagógicas é essencial para formar cidadãos conscientes e capazes de enfrentar os desafios de uma sociedade em constante transformação. Essa abordagem também incentiva a participação ativa de estudantes em projetos que beneficiem suas comunidades, alinhando educação e ação social.

Franzoi e Baldin (2009) enfatizam a importância da Agenda 21 Escolar como uma ferramenta eficaz para promover a educação ambiental e combater desigualdades sociais. As práticas associadas a esse modelo ajudam a conscientizar estudantes sobre os impactos ambientais e a estimular o desenvolvimento de soluções locais para problemas socioambientais. Além disso, o envolvimento da comunidade escolar fortalece o senso de pertencimento e a corresponsabilidade em relação às questões globais.

Reis e Bandos (2012) apontam que as instituições de ensino superior têm um papel fundamental na implementação das metas da Agenda 21, ao promover a responsabilidade social em suas ações. Essas instituições devem atuar como agentes de transformação, garantindo que seus programas educacionais abordem questões de sustentabilidade e inclusão social. Por meio da formação de profissionais comprometidos com práticas sustentáveis, as universidades contribuem para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa.

João, Rodrigues e Henriques (2021) reforçam que o equilíbrio entre as dimensões social, econômica e ambiental, preconizado pela Agenda 21, requer mudanças profundas no ensino. Incorporar esses princípios em currículos escolares e universitários é crucial para preparar futuras gerações para os desafios globais, promovendo equidade e justiça social. Assim, a educação se torna uma ferramenta central para alinhar o progresso humano às necessidades do planeta.

3 Metodologia

A metodologia adotada para este estudo consiste em uma revisão bibliográfica, que se caracteriza pela análise de materiais previamente publicados, como livros, artigos acadêmicos, teses, dissertações e documentos oficiais. Esse tipo de abordagem permite compreender e sistematizar o conhecimento existente sobre o tema em questão, proporcionando embasamento teórico para a discussão e reflexão proposta.

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de consultas a bases de dados acadêmicas reconhecidas, como Scielo, Google Scholar e periódicos da Capes, utilizando palavras-chave relacionadas ao tema central da pesquisa. A seleção dos materiais levou em consideração publicações relevantes e atualizadas, priorizando textos publicados nos últimos dez anos, sem excluir referências clássicas que contribuam significativamente para a construção do referencial teórico.

Foram aplicados critérios de inclusão e exclusão para a escolha dos materiais. Foram incluídos textos com abordagem direta ao tema, de autoria reconhecida na área e disponíveis em língua portuguesa ou traduzidos. Textos desatualizados ou que apresentassem escopo muito limitado foram excluídos. A análise dos materiais seguiu um processo sistemático, buscando identificar conceitos-chave, abordagens metodológicas e contribuições teóricas relevantes, visando consolidar uma base sólida para o desenvolvimento da discussão e conclusão do estudo.

4 Resultado e discussão

Ao propor uma pesquisa sobre a educação étnico-racial assume-se a perspectiva da educação para todos os cidadãos brasileiros independentemente de raça¹, cor, gênero, ideologias políticas e religiosas. Ressalta-se que para alcançar tal finalidade, educação para todos, necessita também de políticas públicas tanto para ingresso quanto para permanência nas instituições de ensino superior. Dessa maneira, já estão postas, não só, algumas leis que garantem a entrada como a de contas para afrodescendentes, indígenas e advindos de escolas públicas, como a de bolsa permanência para estudantes de baixa renda. A educação tem sido uma das alavancas sociais mais efetivas na transformação social, razão pela qual muitos jovens que não têm acesso ao ensino superior ficam estagnados na estratificação social. Citando um trecho da ONU (2001), Reis e Bandos (2012, p. 1) dizem que:

A situação de pobreza também está intimamente ligada a grupos que sofrem outros tipos de discriminação, colocando-os em uma situação de extrema vulnerabilidade e desigualdade. Povos indígenas, afrodescendentes, migrantes e outras vítimas de discriminação têm indicadores econômicos e sociais abaixo da média da população, em particular educação, emprego, saúde, moradia, taxa de mortalidade infantil e expectativa de vida (tradução do autor).²

Razão pela qual justifica uma pesquisa sobre a educação étnico-racial antirracista, sobretudo, como forma de reparação social aos afrodescendentes, que desde a abolição foram deixados à margem da sociedade.

Assim sendo, um estudo dessa envergadura deve estar imbricado com a sociedade, sobremaneira com elementos que ancoram no ambiente da responsabilidade social. Assim sendo, evocamos o pensamento de Chiavenato e Araújo (2004, p. 332), ao afirmarem que a “responsabilidade social significa o grau de obrigações que uma organização assume por meio de ações que protejam e melhorem o bem-estar da sociedade à medida que procura atingir seus próprios interesses”. Neste íterim, os estudos e pesquisas de *stricto sensu* devem estar voltadas para os grandes temas ou problemas sociais objetivando analisá-los e buscar alternativas que visem suas resoluções. Caso contrários as teses e dissertações servirão simplesmente para a obtenção de títulos de mestres e doutores, mas que não trazem em seu arcabouço resolutivas sociais, isto é, não contribuem com a responsabilidade social.

1 O termo raça não está empregado aqui com perspectiva biológica ou fenotípica, mas enquanto categoria e minoria social de pesquisa, uma vez que os biologicistas já superam o conceito de raça no âmbito biológico.

2 Texto original: “La situación de pobreza está además estrechamente vinculada a colectivos que sufren otros tipos de discriminación, situándoles en una situación de extrema vulnerabilidad y desigualdad. Los pueblos indígenas, los afrodescendientes, los migrantes y otras víctimas de la discriminación tienen indicadores económicos y sociales inferiores al promedio de la población, en particular de educación, empleo, salud, vivienda, índice de mortalidad infantil y esperanza de vida (ONU, 2001).” (Reis; Bandos, 2012, p. 1).

Corroborando a esta linha de pensamento Reis e Bandos (2012, p. 2) asseguram que as instituições de ensino superior também “precisaram se inserir nesse contexto adequando suas atividades e leis de forma a regulamentar as práticas de ensino e pesquisa de forma a integrar essas atividades e os diversos problemas e exigências das pessoas na busca de conhecimento científico e inovações para os mesmos”. Evidentemente que essa prática deve perpassar toda a formação acadêmica, ou seja, na graduação, através do tripé: ensino, pesquisa, sobretudo de iniciação científica e da extensão universitária. Já no *stricto sensu* as pesquisas devem ser mais profundas alinhando as perspectivas e anseios do pesquisador, mas tendo sempre como pano de fundo as demandas e necessidades da sociedade, que esperam do mundo acadêmico a solução para partes de seus problemas sociais.

Outro elemento fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade é que ela não só seja justa, mas que pratique em seu interior a justiça social. Neste sentido, evoca-se aqui o pensamento de John Rawls ao conceituar a justiça como equidade:

John Rawls em seu conceito de Justiça como Equidade nos desafia para a realização do ideal de valor de um sistema equitativo de cooperação social entre pessoas livres e iguais. Este autor levanta dois princípios fundamentais de justiça: a) Todas as pessoas têm direito igual a um regime plenamente suficiente de liberdades fundamentais iguais, compatível com um regime semelhante de liberdades para todos; b) As desigualdades sociais e econômicas devem estar ligadas a empregos e funções abertas a todos, em condições de igualdade de oportunidades; e deve beneficiar os membros menos favorecidos da sociedade (Rawls, 1996 Apud Blanco; Cusato, 2021, p. 2).³

Disso resulta a necessidade de políticas afirmativas que visam atender as pessoas que estão em circunstâncias de desigualdade social, seja por sua origem étnica ou econômica devem receber da sociedade um quinhão de responsabilidade social, para que tenha condições de progredir também de forma equitativa na mobilidade social.

Cabe ressaltar que a universidade cumprirá seu objetivo que é exatamente de alavancar e transformar as realidades sociais onde estão inseridas, por meio do conhecimento agora socializado e reificado com a sociedade à sua volta com as ações extensionistas e apontando alternativas de resolução de suas problemáticas com os resultados alcançados na pesquisa.

É importante frisar que uma grande contribuição nesta temática em tela adveio da proposta da Agenda 21⁴. Sem entrar no mérito de desconhecimento dessa proposta, que por alguma razão, não foi amplamente divulgada e conhecida no âmbito educacional brasileiro, já que abarca todas as instâncias da educação, isto é, do ensino fundamental ao superior, passar-se-á a análise de alguns trechos da proposta que vem ao encontro dessa pesquisa.

Neste sentido, o primeiro ponto a ser ressaltado é que o documento final assegura que: “Não há comemoração coletiva mais importante para um país do que o aniversário de sua

3 Texto original “John Rawls en su concepto de Justicia como Equidad nos interpela hacia el cumplimiento del ideal valórico de un sistema equitativo de cooperación social entre personas libres e iguales. Este autor plantea dos principios fundamentales de la justicia: 1. toda persona tiene igual derecho a un régimen plenamente suficiente de libertades básicas iguales, que sea compatible con un régimen similar de libertades para todos; 2. las desigualdades sociales y económicas deben estar ligadas a empleos y funciones abiertos a todos, bajo condiciones de igualdad de oportunidades; y deben beneficiar a los miembros menos favorecidos de la sociedad” (RAWLS, 1996 Apud BLANCO e CUSATO, 2012, p. 2).

4 Descrever o que é a Agenda 21.

independência, aquele momento histórico em que a identidade nacional se cristalizou e os ideais dos patriotas que a tornaram possível foram revelados (Agenda 2021,2010, p. 15).⁵ Certamente o bicentenário da independência dos países ibero-americanos, além de ser um momento histórico e celebrativo deve também ser oportuno para avaliar e propor novas políticas e ações educativas que alcancem de fato a todas as pessoas sem distinções e exclusões. Quiçá seja oportuno que as nações envolvidas possam avaliar como foram os investimentos e as oportunidades educacionais para suas crianças, jovens e adultos, mas se comprometer em seguir com novos investimentos a fim de atingir cada vez mais pessoas em um processo sempre mais inclusivo.

Neste sentido o texto da Agenda 2021 afirma ser:

[...] é o momento oportuno para considerar um projeto coletivo que contribua para dar sentido ao desejo de liberdade que percorreu os povos ibero-americanos há duzentos anos. Um projeto que, articulado em torno da educação, contribui decisivamente para o desenvolvimento econômico e social da região, para a formação de uma geração de cidadãos educados e, portanto, livres, em sociedades democráticas, igualitárias, abertas, solidárias e inclusivas, e que, ao mesmo tempo, seja capaz de gerar apoio coletivo (Agenda 2021,2010. P. 15).⁶

Conforme a proposta nenhuma pessoa pode ficar fora do projeto, sobretudo por critérios étnicos, cor, gênero ou pobreza, uma vez que tais povos ou sociedade devem pautar-se pela justiça social, a igualdade e a liberdade de seus cidadãos, por meio da educação e formação de consciências democráticas e solidárias, levando os ibero-americanos a uma grande fraternidade. Neste ínterim, o documento apresenta que os ministros da educação reunidos em El Salvador por ocasião da XVII Conferência Ibero-Americana aprovaram por unanimidade a proposta da agenda 2021 nos seguintes termos: “comprometemo-nos a avançar na elaboração dos seus objetivos, metas e mecanismos de avaliação regional, em harmonia com os planos nacionais, e a iniciar um processo de reflexão que lhe proporcione um fundo estrutural e de solidariedade” (Agenda 2021,2010, p, 15).⁷

Selecionou-se a meta geral segunda que diz: “Alcançar a igualdade educacional e superar todas as formas de discriminação na educação” (Agenda 2021,2010, p. 148).⁸ E como meta específica a de número três, que afirma: “Prestar apoio especial às minorias étnicas, populações indígenas e afrodescendentes, estudantes do sexo feminino e alunos que vivem em áreas urbanas e rurais marginais, para alcançar a igualdade na educação” (Agenda 2021,2010, p. 148).⁹ Como indicador elegeu o de número quatro que assegura: “Porcentagem de estudantes de minorias

5 Texto original: “No hay conmemoración colectiva más importante para un país que el aniversario de su independencia, ese momento histórico en el que cristalizó la identidad nacional y se pusieron de manifiesto los ideales de los patriotas que lo hicieron posible. (Agenda, 2021, 2010, p. 15).

6 Texto original “[...] es el tiempo oportuno para plantearse un proyecto colectivo que contribuya a dar sentido a las ansias de libertad que recorrieron Iberoamérica hace doscientos años. Un proyecto que, articulado en torno a la educación, contribuya en forma decisiva al desarrollo económico y social de la región, a la formación de una generación de ciudadanos cultos, y por ende libres, en sociedades democráticas, igualitarias, abiertas, solidarias e inclusivas, y que, al mismo tiempo, sea capaz de generar un apoyo colectivo (Agenda 2021, 2010, p. 15).

7 Texto original: “comprometiéndonos a avanzar en la elaboración de sus objetivos, metas y mecanismos de evaluación regional, en armonía con los planes nacionales, y a iniciar un proceso de reflexión para dotarle de un fondo estructural y solidario” (Agenda 2021, 2010, p. 15).

8 Texto original: “lograr la igualdad educativa y superar toda forma de discriminación en la educación”.

9 Texto Original: Prestar apoyo especial a las minorías étnicas, poblaciones originarias y afrodescendientes, a las alumnas y al alumnado que vive en zonas urbanas marginales y en zonas rurales, para lograr la igualdad en la educación. (Agenda 2021, 2010, p. 148).

étnicas, populações indígenas e afrodescendentes que frequentam o ensino técnico-profissional (ETP) e estudos universitários” (Agenda 2021,2010, p. 148).¹⁰ Como nível de realização foi eleito o tópico que afirma: “Aumenta em 2% ao ano o número de estudantes de minorias étnicas, populações nativas e afrodescendentes que acessam o ETP, e em 1% aqueles que acessam a universidade.” (Agenda 2021,2010, p. 148).¹¹

5 Considerações finais

A conclusão deste estudo evidencia que a educação étnico-racial e a responsabilidade social das instituições de ensino desempenham um papel essencial na promoção da equidade e justiça social, contribuindo para a superação das desigualdades históricas e estruturais no Brasil. As políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior, analisadas sob diversas perspectivas, demonstram avanços significativos, mas ainda carecem de fortalecimento para assegurar a inclusão plena e a permanência de minorias em cursos de qualidade.

Ademais, o papel das instituições de ensino vai além de garantir o acesso à educação, abrangendo a necessidade de criar ambientes acolhedores, inclusivos e que valorizem a diversidade cultural e social. A implementação de programas pedagógicos que dialoguem com as metas da Agenda 21 reforça a importância da sustentabilidade, alinhando o desenvolvimento educacional às demandas globais por um futuro mais justo e equilibrado.

Portanto, este estudo reafirma que a educação, quando fundamentada em valores de equidade, sustentabilidade e responsabilidade social, é uma ferramenta poderosa para transformar realidades e promover a justiça social. O fortalecimento de políticas públicas e a atuação integrada das instituições de ensino são caminhos indispensáveis para consolidar um sistema educacional mais inclusivo e alinhado aos princípios de desenvolvimento humano e ambiental.

Referências

BLANCO, Rosa; CUSATO, Sandra. **Desigualdades educativas en América Latina: todos somos responsables**. 2004.

CHIAVENATO, Idalberto; ARÃO, Sapiro. **Planejamento Estratégico: Fundamentos e Aplicações**. N. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FRANZOI, Adriana; BALDIN, Nelma. Agenda 21 Escolar: impactos em educação, meio ambiente e saúde. **Cadernos de Educação**, n. 34, 2009.

JOÃO, Patrícia; RODRIGUES, Ana V.; HENRIQUES, Maria Helena. Ensino de Geociências e Desenvolvimento Sustentável: Concepção e validação de questionários. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 213-233, 2021.

KARNOPP, Klaus Vargas et al. Minorias étnico-raciais: acesso e permanência nas instituições

¹⁰ Texto original: “Porcentaje de alumnado de minorías étnicas, poblaciones originarias y afrodescendientes que realiza estudios de educación técnicoprofesional (ETP) y universitarios” (Agenda 2021, 2010, p. 148).

¹¹ Texto original: “Nivel de logro: Aumenta en un 2% anual el alumnado de minorías étnicas, poblaciones originarias y afrodescendientes que accede a la ETP, y en un 1% el que accede a la universidad” (Agenda 2021, 2010, p. 148).

de ensino superior. **Diálogos socioculturais I: Paradigmas contemporâneos**, p. 91-105, 2023.

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS IBEROAMERICANOS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (OEI). **2021 Metas educativas: la educación que queremos para la generación de los bicentenarios (Documento final)**. Madrid: Cudipal, 2010.

PATRÍCIO, Celina Manuela de Sena Aguiar. **Ação Social: Promoção Para a Igualdade de Oportunidades, da Equidade e Justiça Social dos Estudantes no Ensino Superior**. 2023. Dissertação de Mestrado. Universidade da Madeira (Portugal).

RAWLS, J. J. (1996). La justicia como equidad: Política, no metafísica. Liberalismo, Comunitarismo y Democracia». En: Revista La Política. Ediciones Paidós, Barcelona.

REIS, A. L.; BANDOS, M. F. C. **A responsabilidade social de instituições de ensino superior: uma reflexão sistêmica tendo em vista o desenvolvimento**. 8^o Congresso brasileiro de sistemas. 25 e 26 de setembro de 2012. Revista Gestão & conhecimento (edição especial – novembro de 2012). Minas Gerais, 2012.

SARTORI, Thiago Luiz. Políticas Públicas, educação para os direitos humanos e diversidade sexual. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, v. 3, n. 3, p. e335484-e335484, 2021.

SILVA, Amanda Gonçalves; PESSANHA, Joyce Soares; COSTA, Mariane Brito. Políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior público brasileiro: O caso da UFRJ. **Movimento-revista de educação**, n. 9, p. 220-244, 2018.

SILVA, Eliane Maria; DUVERNOY, Doriele Silva de Andrade Costa. Democratização do ensino superior: o papel da Universidade de Pernambuco na promoção da equidade social. **Anais da Semana Universitária da UPE 2023 Ciência, Democracia e Justiça Social**, p. 233.